



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU
SECRETARIA DE SAÚDE



TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 2025.04.30.14/2025 – SMS.

Instrumento de contrato administrativo de fornecimento que celebram entre si, de um lado a **PREFEITURA DE IGUATU/CE**, através da **SECRETARIA DE SAÚDE** e, do outro lado, a empresa **MARIA IVANILDA ABREU SAMPAIO LTDA - ME**, para o fim que a seguir declaram:

A **PREFEITURA DE IGUATU/CE**, pessoa jurídica de Direito Público, com sede na Rua Guilhardo Gomes de Araújo, s/n, Esplanada II, Iguatu - Ce, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.810.468/0001-90, através da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representada pelo senhor João Leonardo de Souza Mendonça, Secretário Municipal de Saúde de Iguatu/CE, inscrita no CPF/MF sob o nº. 024.428.833-09 e portador da cédula de identidade nº. 2001097038120, daqui por diante denominada de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **MARIA IVANILDA ABREU SAMPAIO LTDA - ME**, com sede na Rua Clóvis Pinto Damasceno, 2191 – São Mateus – Canindé/ CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 21.810.730/0001-29, neste ato, representada pelo(a) senhor(a) Maria Ivanilda Abreu Sampaio, (Empresária Individual), inscrito(a) no CPF/MF sob o nº. 756.018.183-04 e portador(a) da cédula de identidade nº. 2021002994-8, expedida pelo SSPDS/CE, daqui por diante denominada de **CONTRATADA**, em conformidade com o que preceitua a Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores e, regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de Direito Público, e a ele serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de Direito Privado, sujeitando-se os contratantes, às suas normas, cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

(art. 92, inciso I, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

1.1- Aquisição de material para comunicação visual, serviços de gráfica rápida, impressão de material de segurança e impressos em geral, com fornecimento contínuo, para atender as necessidades das diversas unidades administrativas (Secretarias) da Prefeitura de Iguatu/CE, conforme especificações constantes no termo de referência, parte integrante deste instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

(art. 92, inciso II, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

2.1- O presente instrumento de contrato decorreu do processo administrativo de licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE/SRP-2025.02.11.01-PMI/DIVERSAS**, devidamente homologado pela autoridade competente, e foi instruído com fundamento na Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores e, ainda, na proposta da contratada, parte integrante deste instrumento de contrato independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO

(art. 92, inciso III, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

3.1- O presente instrumento de contrato reger-se-á pelas disposições contidas na Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor), e demais normas e princípios gerais dos contratos, inclusive quanto aos casos omissos.

CLÁUSULA QUARTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO

(art. 92, inciso IV, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

4.1- Do prazo de entrega do objeto:



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU
SECRETARIA DE SAÚDE

4.1.1- O(s) prazo(s) de entrega do objeto deverá(ão) atender aos seguintes critérios:

a) não poderá ser superior a 10 (dez) dias úteis, contados após a data de recebimento da ordem de fornecimento ou outro instrumento hábil.

4.1.2- Caso não seja possível fornecer o objeto na data prevista, a CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 02 (dois) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

4.1.3- A cada solicitação de fornecimento, a nota de empenho ou outro instrumento hábil será enviada à CONTRATADA via correio eletrônico (e-mail), contendo a indicação do item, quantidade, valor, local e prazo de entrega;

4.1.4- A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do objeto solicitado, sob pena de aplicação das sanções previstas neste em contrato;

4.2- Do local de entrega:

4.2.1- Os produtos oriundos dos recursos do fundo geral, deverão ser entregues no seguinte endereço Rua Guilhardo Gomes de Araújo, S/N – Esplanada II – Iguatu/CE, de segunda à sexta-feira das 07:30h às 11:30h e 13:30h às 17:30h, no almoxarifado central.

4.2.2- Os produtos oriundos da Secretaria de Assistência Social, deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Engenheiro Wilton Correia Lima, S/N – Prado – Iguatu/CE, de segunda à sexta-feira das 07:30h às 11:30h e 13:30h às 17:30h, no almoxarifado da assistência social.

4.2.3- Os produtos oriundos da Secretaria de Educação, deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Deoclécio Lima Verde, S/N – Bairro Areias – Iguatu/CE, de segunda à sexta-feira das 07:30h às 11:30h e 13:30h às 17:30h, em dias úteis;

4.2.4- Além da(s) entrega(s) no(s) local(is) designado(s) pela CONTRATANTE, deverá a CONTRATADA, também, descarregar, armazenar, instalar e montar (quando for necessário), o objeto em outro(s) local(is) indicado(s) por servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes;

4.3- Das condições de entrega:

4.3.1- Será avaliado o acondicionamento do objeto no momento da entrega. Desta forma, embalagens violadas, itens manchados, sujos, enferrujados, danificados ou com aparência duvidosa, não serão aceitos.

4.3.2- O número do empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil deverá vir indicado em cada nota fiscal. Não serão aceitas entregas cujo objeto e/ou nota fiscal não estejam rigorosamente de acordo com o empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

4.3.3- Todo e qualquer fornecimento de objeto fora do estabelecido neste Termo de Referência será, imediatamente, notificada a CONTRATADA que ficará obrigada a substituí-lo no prazo estipulado pelo fiscal do contrato, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal substituição, sujeitando-se, também, às sanções previstas neste Termo de Referência.

4.3.4- O mero recebimento do objeto não caracteriza a aceitação do mesmo.

4.3.5- Caso, no momento da conferência, sejam identificadas divergências, toda a carga será devolvida, sendo necessário novo agendamento para entrega, de acordo com a disponibilidade de horários do almoxarifado.

4.3.6- Os itens deverão estar compatíveis com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), quando aplicável.

4.3.7- O objeto deverá estar segregado por item e entregue em sua embalagem original, rotulada pelo fabricante, contendo, no mínimo, os seguintes dados: identificação do objeto, marca, código de barras impresso na embalagem e capacidade de empilhamento. Deverá conter, ainda, etiqueta de identificação da CONTRATADA, incluindo razão social, CNPJ, data de entrega, endereço e telefone de contato, quando for o caso.

4.3.8- Deverá estar impressa na embalagem, de forma visível e de fácil leitura, a marca do material e da empresa fabricante, além do número de unidades e dimensões, quando for o caso.

4.4- Do prazo de validade do objeto:

4.4.1- No ato da entrega no Município de Iguatu/CE, a Contratada se obriga a fornecer os produtos com prazo equivalente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade original, contados da data de fabricação, sob pena de recusa de recebimento dos produtos com data de validade inferior ao mínimo aceitável.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU
SECRETARIA DE SAÚDE



4.5. Da substituição do objeto

4.5.1- A CONTRATADA deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes na nota de empenho ou outro instrumento hábil, quando for o caso, enviado pela Secretaria requisitante. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

- o pedido de substituição deverá ser protocolado junto à secretaria requisitante, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;
- a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pela Secretaria requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

4.5.1.1- O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

(art. 92, inciso V, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

5.1 - A Contratante pagará à Contratada, pelo fornecimento dos produtos, objeto deste contrato, o valor global R\$ 692.514,02 (seiscentos e noventa e dois mil quinhentos e quatorze reais e dois centavos), referente ao grupo de itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 conforme planilha abaixo:

GRUPO DE ITENS 01 - (AMPLA PARTICIPAÇÃO).						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	MARCA	SMS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
3	BANNER 1,20 X 0,90 IMPRESSÃO COLORIDA	M²	ISA	15	R\$ 107,00	R\$ 1.605,00
4	BANNERS 1,20 X 1,50 IMPRESSÃO COLORIDA	M²	ISA	15	R\$ 107,00	R\$ 1.605,00
5	BANNERS 1,20 X 2,20 IMPRESSÃO COLORIDA	M²	ISA	20	R\$ 107,30	R\$ 2.146,00
6	BANNERS 90 X 3,50 IMPRESSÃO COLORIDA	M²	ISA	15	R\$ 107,07	R\$ 1.606,05
					R\$ 6.962,05	

GRUPO DE ITENS 03 - (AMPLA PARTICIPAÇÃO).						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	MARCA	SMS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
3	CARTAZES EM PAPEL COUCHÊ 115 GRS 4/0 CORES TAM 62x44CM	UNID	ISA	2500	R\$ 1,49	R\$ 3.725,00
8	CARTILHA EDUCATIVA CAPA 4/4 CORES PAPEL COUCHE 300GRS C/12 PAG EM PEPEL COUCHE 150 GRS	UNID	ISA	1500	R\$ 6,50	R\$ 9.750,00
12	PANFLETO EDUCATIVO 20X30 CM 4/4 CORES PAPEL COUCHE 115GRS	UNID	ISA	5000	R\$ 0,69	R\$ 3.450,00
13	PANFLETOS EDUCATIVOS 15X21 CM PAPEL COUCHÊ 115 GR 4/4 CORES	UNID	ISA	15000	R\$ 0,54	R\$ 8.100,00
18	FOLDER 4/4 CORES (PAPEL COUCHÊ 115 GR TAM 21X31 CM	UNID	ISA	2000	R\$ 0,84	R\$ 1.680,00
					R\$ 26.705,00	

GRUPO DE ITENS 04 - (AMPLA PARTICIPAÇÃO).						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	MARCA	SMS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
3	CERTIFICADO 4/4 CORES PAPEL COUCHÊ 115 GRS	UNID	ISA	1500	R\$ 1,47	R\$ 2.205,00
7	CRACHA 4/0 CORES PAPEL LINHO COM CORDAO	UNID	ISA	1500	R\$ 2,10	R\$ 3.150,00
8	CRACHÁ PVC IMPRESSO COLORIDO DIMENSÕES APROXIMADAS 9 X 6 CM (TAMANHO PADRÃO) COM CORDÃO 100% POLIÉSTER ANTIALÉRGICO.	UNID	ISA	650	R\$ 38,00	R\$ 24.700,00
9	BOTTON 9,5 X 9,5 CM 4/0 CORES EM ADESIVO BOPP	UNID	ISA	1000	R\$ 0,61	R\$ 610,00
15	PASTA PARA CURSO C/ ABA PAPEL DUPLEX 250 GRS (FF 7 75 GR 1/1CORES TAM OFICIO 100FOLHAS	UNID	ISA	1500	R\$ 1,85	R\$ 2.775,00
					R\$ 33.440,00	

GRUPO DE ITENS 05 - (AMPLA PARTICIPAÇÃO).						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	MARCA	SMS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU
SECRETARIA DE SAÚDE

1	COMENDAS EM ACRÍLICO ADESIVADO, TAMANHO 20 X 15CM	UNID	ISA	20	R\$ 112,00	R\$ 2.240,00
					R\$ 2.240,00	

GRUPO DE ITENS 08 - (AMPLA PARTICIPAÇÃO).						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	MARCA	SMS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
9	IMPRESSÃO COLORIDA EM PAPEL A4 LASER COLOR.	UNID	ISA	1000	R\$ 4,29	R\$ 4.290,00
10	IMPRESSÃO COLORIDA EM PAPEL FOTO 15X21 LASER COLOR.	UNID	ISA	1000	R\$ 3,35	R\$ 3.350,00
					R\$ 7.640,00	

GRUPO DE ITENS 09 - (AMPLA PARTICIPAÇÃO).						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	MARCA	SMS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
3	FACHADA COMPLETA (EM ESTRUTURA DE METALON 20X20, EM LONA FRONT LIGHT, IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA DEFINIÇÃO TINTA A BASE ECO-SOLVENTE, COM 02 REFLETORES DE LED 20W ILUMINANDO A FRENTE DA FACHADA.	M²	ISA	100	R\$ 402,30	R\$ 40.230,00
4	FACHADA SIMPLES (TROCA DE LONA-LONA FRONT LIGHT, IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA DEFINIÇÃO E TINTA ECO-SOLVENTE).	M²	ISA	150	R\$ 231,00	R\$ 34.650,00
7	LONA FRONT LIGHT COM IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA DEFINIÇÃO.	MT²	ISA	100	R\$ 121,00	R\$ 12.100,00
8	LONA COM ESTRUTURA EM METALON 20X20 FRONT LIGHT, IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA DEFINIÇÃO.	MT²	ISA	125	R\$ 375,50	R\$ 46.937,50
9	PLACAS EM PVC ADESIVADAS 15X40CM, SINALIZAÇÃO DE (SETORES).	UNID	ISA	600	R\$ 32,00	R\$ 19.200,00
					R\$ 153.117,50	

GRUPO DE ITENS 10 - (AMPLA PARTICIPAÇÃO).						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	MARCA	SMS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
5	ADESIVO LEITOSO, PARA ENVELOPAMENTO DE VEÍCULOS DIVERSOS MODELOS (PEQUENOS, MÉDIOS E GRANDES).	MT²	ISA	150	R\$ 209,06	R\$ 31.359,00
					R\$ 31.359,00	

GRUPO DE ITENS 12 - (AMPLA PARTICIPAÇÃO).						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	MARCA	SMS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
8	ENCADERNAÇÃO SIMPLES DE APOSTILAS ATE 300 FLS	UNID	ISA	500	R\$ 7,37	R\$ 3.685,00
9	FOLHA DE ROSTO PARA ENCADERNAÇÃO 4/4 CORES PAPEL COUCHE 115 GRS TAM OFÍCIO	UNID	ISA	500	R\$ 0,66	R\$ 330,00
					R\$ 4.015,00	

GRUPO DE ITENS 13 - (AMPLA PARTICIPAÇÃO).						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	MARCA	SMS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	ATESTADO MÉDICO TAM 15 X 21 CM PAPEL OFF 7 75 GR 1/0 CORES COM 100 FOLHAS	BLC.	ISA	500	R\$ 9,90	R\$ 4.950,00
2	FICHA DE ATENDIMENTO (PAPEL OFF 7 75 GR 1/0 CORES TAM OFÍCIO C/100FOLHAS) FRENTE E VERSO.	BLC.	ISA	400	R\$ 17,95	R\$ 7.180,00
3	FICHA DE ATENDIMENTO CEMEAR (PAPEL OFF 7 75 GR 1/0 CORES TAM OFÍCIO C/100FOLHAS).	BLC.	ISA	50	R\$ 17,95	R\$ 897,50
4	FICHA DE ATENDIMENTO DIÁRIO (PAPEL OFF 7 75 GR 1/0 CORES TAM OFÍCIO C/100FOLHAS).	BLC.	ISA	400	R\$ 17,95	R\$ 7.180,00
5	FICHA DE CADASTRO INDIVIDUAL (PAPEL OFF 7 75 GR 1/0 CORES TAM OFÍCIO C/100FOLHAS).	BLC.	ISA	250	R\$ 17,95	R\$ 4.487,50
6	CADERNETA DA GESTANTE C/24 PAG PAPEL COUCHE 170 GRS 4/4 CORES. FRENTE E VERSO.	UND.	ISA	250	R\$ 8,89	R\$ 2.222,50
7	CAPA DE PROCESSO COR VERDE (PAPEL OFF 7 40 KG 1/0 CORES).	UND.	ISA	3000	R\$ 1,26	R\$ 3.780,00
8	CAPA DE PROCESSO VIGILÂNCIA SANITÁRIA COR AMARELA (PAPEL OFF 7 40 KG 1/0 CORES).	UND.	ISA	100	R\$ 1,26	R\$ 126,00
9	CARTÃO DE APRAZAMENTO, TAMANHO 15X10 (PAPEL OFF 7 40 KG 1/1 CORES). FRENTE E VERSO	UND.	ISA	7500	R\$ 0,59	R\$ 4.425,00
10	CARTÃO DE TRATAMENTO FORA DOMICÍLIO, TAMANHO 15X10 (PAPEL OFF 7 40 KG 1/1 CORES). FRENTE E VERSO	UND.	ISA	2000	R\$ 0,59	R\$ 1.180,00
11	CARTÃO DA FAMÍLIA, TAMANHO 15X10 (PAPEL OFF 7 40 KG 1/1 CORES). FRENTE E VERSO	UND.	ISA	4000	R\$ 0,59	R\$ 2.360,00
12	FICHA DE ACOMPANHAMENTO GINECOLÓGICO (PAPEL OFF 7 75 GR 1/0 CORES TAM OFÍCIO 100FOLHAS) FRENTE E VERSO.	BLC.	ISA	250	R\$ 17,95	R\$ 4.487,50



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU
SECRETARIA DE SAÚDE



13	FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL E-SUS (PAPEL OFF 7 75 GR 1/0 CORES TAM OFICIO 100FOLHAS) FRENTE E VERSO.	BLC.	ISA	500	RS 17,95	R\$ 8.975,00
14	FICHA DE ATIVIDADE COLETIVA E-SUS (PAPEL OFF 7 75 GR 1/0 CORES TAM OFICIO 100 FOLHAS) FRENTE E VERSO.	BLC.	ISA	300	RS 17,95	R\$ 5.385,00
15	FICHA DE PROCEDIMENTOS E-SUS (PAPEL OFF 7 75 GR 1/0 CORES TAM OFICIO 100FOLHAS) FRENTE E VERSO.	BLC.	ISA	350	RS 17,95	R\$ 6.282,50
16	FICHA DE ODONTOGRAMA (PAPEL OFF 7 75 GR 1/0 CORES TAM OFICIO 100FOLHAS) FRENTE E VERSO.	BLC.	ISA	75	RS 17,95	R\$ 1.346,25
17	FICHA DE FREQUÊNCIA DE VISTA DOMICILIAR (PAPEL OFF 7 75 GR 1/0 CORES TAM OFICIO 100FOLHAS) FRENTE E VERSO.	BLC.	ISA	250	RS 17,95	R\$ 4.487,50
18	FICHA DE VISITA - PROGRAMA DE CONTROLE DE FEBRE AMARELA E DENGUE ENDEMIAS TAM 1/4 FOLHA PAPEL 60 KG.	UND.	ISA	2000	RS 12,00	R\$ 24.000,00
19	FICHA INDIVIDUAL DE PRE NATAL ODONTOLÓGICO (PAPEL OFF 7 75 GR 1/0 CORES TAM 15X21CM 100 FOLHAS).	BLC.	ISA	50	RS 12,93	R\$ 646,50
20	FICHA DE ENCAMINHAMENTO ODONTOLÓGICO (PAPEL OFF 7 75 GR 1/0 CORES TAM 15X21CM 100 FOLHAS).	BLC.	ISA	75	RS 12,93	R\$ 969,75
21	FICHA BOLSA FAMÍLIA (PAPEL OFF 7 75 GR 1/1CORES TAM OFICIO 100FOLHAS).	BLC.	ISA	50	RS 17,95	R\$ 897,50
22	PROGRAMA DE CONTROLE DA FEBRE AMARELA E DENGUE- VISITA DOMICILIAR PAPEL OFF 7 75 GRS C/100 FOLHAS.	BLC.	ISA	100	RS 17,95	R\$ 1.795,00
23	RAAS - REGISTRO DAS AÇÕES AMBULATORIAIS DE SAÚDE- FORMULÁRIO DE REGISTRO DA TENÇÃO DOMICILIAR PAPEL OFF 7 75 GRS 1/1COR 100 FOLHAS.	BLC.	ISA	100	RS 17,95	R\$ 1.795,00
24	RAAS- REGISTRO DAS AÇÕES AMBULATORIAIS DE SAÚDE- FORMULÁRIO DA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NO CAPS PAPEL OFF 7 75 GRS 1/1 COR 100 FOLHAS.	BLC.	ISA	250	RS 17,95	R\$ 4.487,50
25	RECEITUÁRIO AZUL (PAPEL OFF 7 30 GR AZUL 1/0 CORES NUMERADO).	BLC.	ISA	1000	RS 24,00	R\$ 24.000,00
26	RECEITUÁRIO AMARELO (PAPEL OFF 7 30 GR AZUL 1/0 CORES NUMERADO).	BLC.	ISA	50	RS 24,00	R\$ 1.200,00
27	RECEITUÁRIO BRANCO COMUM 15 X 21 CM PAPEL OFF 7 75 GR 1/0 CORES COM 100 FOLHAS	BLC.	ISA	3000	RS 9,20	R\$ 27.600,00
28	REQUISICÃO DE EXAME CITOPATOLÓGICO -COLO UTERO (PAPEL OFF 7 75 GR 1/1 CORES TAM OFICIO 100FOLHAS) FRENTE E VERSO.	BLC.	ISA	250	RS 17,95	R\$ 4.487,50
29	REQUISICÃO DE EXAME MAMOGRAFIA (PAPEL OFF 7 75 GR 1/1CORES TAM OFICIO 100FOLHAS) FRENTE E VERSO.	BLC.	ISA	250	RS 17,95	R\$ 4.487,50
30	FICHA DE PUERICULTURA - MENINA TAM OFICIO (PAPEL OFF 7 75 GR 4/4 CORES 100FOLHAS) FRENTE E VERSO.	BLC.	ISA	50	RS 13,58	R\$ 679,00
31	FICHA DE PUERICULTURA - MENINO TAM OFICIO (PAPEL OFF 7 75 GR 4/4 CORES 100FOLHAS) FRENTE E VERSO.	BLC.	ISA	50	RS 13,58	R\$ 679,00
32	FICHA PERINATAL (PAPEL OFF 7 75 GR 1/1CORES TAM OFICIO 100FOLHAS) FRENTE E VERSO.	BLC.	ISA	50	RS 17,90	R\$ 895,00
33	FICHA DE PLANO TERAPEÚTICO E TRATAMENTO (PAPEL OFF 7 75 GR 1/0 CORES TAM OFICIO 100FOLHAS) FRENTE E VERSO.	BLC.	ISA	35	RS 17,90	R\$ 626,50
34	CARTEIRA DE VACINAÇÃO (PAPEL OFF 7 60 KG 1/1 CORES) TAMANHO 22 X 15 CM	UND.	ISA	10000	RS 0,60	R\$ 6.000,00
35	CARTÃO CONTROLE DE IMUNIZAÇÃO DO MENINO (PAPEL OFF 7 60 KG 1/1 CORES) TAMANHO 22 X 15 CM	UND.	ISA	4000	RS 0,60	R\$ 2.400,00
36	CARTÃO CONTROLE DE IMUNIZAÇÃO DA MENINA (PAPEL OFF 7 60 KG 1/1 CORES) TAMANHO 22 X 15 CM FRENTE E VERSO.	UND.	ISA	4000	RS 0,60	R\$ 2.400,00
37	CARTÃO DE VACINAÇÃO (PAPEL OFF 7 60 KG 1/0 CORES) TAMANHO 22 X 8 CM.	UND.	ISA	7500	RS 0,52	R\$ 3.900,00
38	CADERNETA DA CRIANÇA MENINO (PAPEL OFF 7 60 KG 4/4 CORES) TAMANHO 48 X 21 CM, 3 DOBRAS.	UND.	ISA	4000	RS 2,24	R\$ 8.960,00
39	CADERNETA DA CRIANÇA MENINA (PAPEL OFF 7 60 KG 4/4 CORES) TAMANHO 48 X 21 CM, 3 DOBRAS.	UND.	ISA	4000	RS 2,24	R\$ 8.960,00
40	LAUDO MÉDICO DE TRATAMENTO FORA DO DOMÍLIO (PAPEL OFF 7 75 GR 1/1CORES TAM OFICIO 100FOLHAS) FRENTE E VERSO.	BLC.	ISA	150	RS 17,75	R\$ 2.662,50
41	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO AMBULATORIAL APAC (PAPEL OFF 7 75 GR 1/1CORES TAM OFICIO 100FOLHAS)	BLC.	ISA	150	RS 17,75	R\$ 2.662,50
42	SOLITAÇÃO DE EXAMES PARA GESTANTES (PAPEL OFF 7 75 GR 1/1 CORES, TAMANHO 15 X 21 CM).	BLC.	ISA	100	RS 12,93	R\$ 1.293,00
43	FICHA DE INVESTIGAÇÃO SINAN DENGUE E FEBRE CHIKUNGUNYA (PAPEL OFF 7 75 GR 1/1CORES TAM OFICIO 100FOLHAS).	BLC.	ISA	50	RS 17,03	R\$ 851,50
44	FICHA DE REFERÊNCIA/CONTRA REFERÊNCIA (PAPEL OFF 7 75 GR 1/1CORES TAM OFICIO 100FOLHAS).	BLC.	ISA	125	RS 17,94	R\$ 2.242,50
45	CARTÃO DA GESTANTE (PAPEL OFF 7 180G TAMANHO A4, IMPRESSÃO 1X1. FRENTE E VERSO.	UND.	ISA	1500	RS 0,98	R\$ 1.470,00
					R\$ 212.800,00	

GRUPO DE ITENS 14 - (AMPLA PARTICIPAÇÃO).						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	MARCA	SMS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA C/ 3 VIAS PAPEL AUTO COPIATIVO C/150 FOLHAS	BLC.	ISA	10	RS 38,80	R\$ 388,00
2	ETIQUETA DE COLETA DE AMOSTRA DPP CANINO POSITIVO C/100 FOLHAS	BLC.	ISA	6	RS 13,50	R\$ 81,00

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE/SRP-2025.04.01.01 - PMI/DIVERSAS - Contrato - Página 5 de 15

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU/CE

✉ Rua Guilhardo Gomes de Araújo – S/Nº – Esplanada II – CEP 63.505-005 – Iguatu – Ceará. CNPJ – 07.810.468/0001-90
Site: www.iguatu.ce.gov.br



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU
SECRETARIA DE SAÚDE

3	LAUDO DE INSPEÇÃO C/ 3 VIAS PAPEL AUTO COPIATIVO C/150 FOLHAS	BLC.	ISA	15	R\$ 38,80	R\$ 582,00
4	SOLICITAÇÃO DE EXAME DE ESCARRO PARA LAB PAPEL AUTOCOPIATIVO 1/0 CORES	BLC.	ISA	25	R\$ 31,00	R\$ 775,00
5	SOLICITAÇÃO DE EXAMES OU MELHOR RESULTADO DE EXAMES PARA HANSENIASE PAPEL AUTOCOPIATIVO 1/0 CORES)	BLC.	ISA	25	R\$ 32,00	R\$ 800,00
6	SOROLOGIA CANINA BLOCO COM 6 PELICULAS EM PLASTICO E 6 PEDAÇOS DE PAPEL TAM 7,0X3,5CM	BLC.	ISA	40	R\$ 21,95	R\$ 878,00
7	CARNE DENGUE/ENTOMOLOGIA TAM 6X4CM CONTENDO 6 FOLHAS DE PLASTICO E 6 FOLHAS DE PAPEL (PAPEL ABSORVENTE)	UND.	ISA	5000	R\$ 26,03	R\$ 130.150,00
8	DENGUE/ENTOMOLOGIA - ETIQUETA PARA REMESSA BL. C/100 FOLHAS (PAPEL ADESIVO)	BLC.	ISA	50	R\$ 32,49	R\$ 1.624,50
9	FICHA DE REFERENCIA SUS (PAPEL OFF 7 75 GR 1/1CORES TAM OFICIO 100FOLHAS, AUTOCOPIATIVA EM 2 VIAS)	BLC.	ISA	250	R\$ 22,60	R\$ 5.650,00
10	TERMO VIGILANCIA SANITARIA BLOCO COM 50 TERMOS DE 03 VIAS (PAPEL AUTO COPIATIVO 1/0 CORES 150 FOLHAS	BLC.	ISA	15	R\$ 36,80	R\$ 552,00
11	REQUISICÃO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS, TAMANHO ½ FOLHA DE A4 PAPEL AUTO COPIATIVO 1/1 CORES 100 FOLHAS)	BLC.	ISA	50	R\$ 27,10	R\$ 1.355,00
12	REQUISICÃO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS, TAMANHO 1 FOLHA DE A4 PAPEL AUTO COPIATIVO 1/1 CORES 100 FOLHAS)	BLC.	ISA	25	R\$ 21,00	R\$ 525,00
13	SELO C/ ADESIVO BOPP INSPECIONADO TAM 25X15CM EMPLASTIFICADO	UND.	ISA	100	R\$ 3,80	R\$ 380,00
14	REGISTRO DIARIO DE SERVICO ANTIVETORIAL ENDEMIAS F/V TAM OFICIO PAPEL AUTO COPIATIVO 1/0 CORES	BLC.	ISA	150	R\$ 20,03	R\$ 3.004,50
15	RECEITUARIO CARBONADO DE CONTROLE ESPECIAL (PAPEL AUTO COPIATIVO 1/1 CORES C/100 FOLHAS)	BLC.	ISA	2500	R\$ 20,00	R\$ 50.000,00
16	ETIQUETA DE COLETA DE ÁGUA DE 7 X 5 CM EM PAPEL AUTOADESIVO 1/0 CORES	UND.	ISA	250	R\$ 0,96	R\$ 240,00
					R\$ 196.985,00	

GRUPO DE ITENS 15 - (EXCLUSIVO PARA ME/EPP).						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	SMS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	CARIMBO CONFECCIONADO EM MADEIRA TAMANHO M	UND.	ISA	23	R\$ 151,49	R\$ 3.484,27
2	CARIMBO CONFECCIONADO EM MADEIRA TAMANHO G	UND.	ISA	23	R\$ 160,94	R\$ 3.701,62
3	CARIMBO CONFECCIONADO AUTOMÁTICO TAMANHO M	UND.	ISA	43	R\$ 153,00	R\$ 6.579,00
4	CARIMBO CONFECCIONADO AUTOMÁTICO TAMANHO G	UND.	ISA	21	R\$ 165,98	R\$ 3.485,58
					R\$ 17.250,47	
VALOR GLOBAL					R\$ 692.514,02	

5.2- No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

5.3- O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos;

5.4- São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

5.4.1- A Ata de Registro de Preços/Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

5.4.2- O Edital da licitação que decorreu o contrato;

5.4.3- A Proposta da Contratada;

5.4.4- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEXTA – DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

(art. 92, inciso VI, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

6.1- A contratada fornecerá os produtos de forma parcelada, e serão solicitadas conforme demanda, através de ordens de compras emitidas pela Secretaria Contratante, devendo ser entregues, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da ordem de compra por parte da contratada;

6.2- Os produtos fornecidos pela contratada estarão sujeitos à aceitação plena pelo órgão receptor;

6.3- A autoridade superior competente do órgão contratante designará um fiscal do contrato, cujo propósito, entre outras atribuições, será a conferência dos produtos fornecidos com as especificações contidas na proposta de preços da



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU
SECRETARIA DE SAÚDE



contratada. Caso os produtos entregues estejam em desacordo com as especificações exigidas, o fiscal do contrato rejeitará o recebimento dos mesmos;

6.4- O recebimento dos produtos se fará em duas etapas:

6.4.1- Recebimento Provisório, no ato da entrega dos produtos, para efeito de verificação, mediante Termo de Recebimento Provisório;

6.4.2- Recebimento Definitivo, após verificação da qualidade e constatada as especificações dos produtos exigidas no contrato, com consequente aceitação, mediante Termo de Recebimento Definitivo;

6.4.3- Caso não atenda as especificações, a empresa contratada terá um prazo de 48 (quarenta e oito) horas para substituição dos produtos, sob pena de multa e demais cominações contratuais e legais pelo não cumprimento do estabelecido no contrato, bem como estará sujeita as ações penais cabíveis;

6.5- Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias do mês de referência da parcela a pagar, mediante apresentação da Nota Fiscal e respectivo recibo, devidamente atestada pelo Gestor do Contrato ou através de servidor devidamente designado;

6.6- Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

6.7 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, na impossibilidade de acesso via internet, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº. 14.133, de 01/04/2021;

6.8- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

6.9- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

6.10- Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital de licitação que decorreu o presente contrato;

6.11- Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

6.12- Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado a legislação pertinente;

6.13- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

6.14- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

6.15- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação;

6.15.1- Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente com o fisco, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;

6.16- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

6.16.1- A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

6.17- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU
SECRETARIA DE SAÚDE

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

(art. 92, inciso VII, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

7.1- O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta da contratada, partes integrantes e complementares deste instrumento de contrato, independente de transcrição;

7.2- O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta da contratada, devendo ser refeito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.3- O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado;

7.4- O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

7.5- No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão e qualidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

7.6- O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

7.7- O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

(art. 92, incisos V, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

8.1- Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente instrumento de contrato;

8.2- Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Geral de Preços de Mercado – (IGP-M), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

8.3- Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.4- No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará a Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);

8.5- Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);

8.6- Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

8.7- Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

8.8- O reajuste será realizado por apostilamento.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU
SECRETARIA DE SAÚDE



CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

(art. 92, inciso VII, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

9.1- O presente instrumento de contrato terá um prazo de vigência que iniciará a partir da data da sua assinatura, extinguindo-se em **12 (doze) meses**, na forma que dispõe o art. 105 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do art. 107, caput, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021;

9.2- A prorrogação de que trata o item acima é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no histórico de gestão do contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes e, ainda, com autorizado formal da autoridade competente, desde que sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea:

9.2.1- Fornecimento regular dos produtos;

9.2.2- Não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;

9.2.3- Manutenção do interesse pela Administração no fornecimento dos produtos;

9.2.4- Manutenção da vantajosidade econômica do valor dos produtos e

9.2.5- Concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

9.3- A contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;

9.4- A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo;

9.5- Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação, deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação;

9.6- O contrato não poderá ser prorrogado quando a contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

9.7- O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em contrato;

9.8- Os atrasos na execução do contrato ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela Contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

(art. 92, inciso VIII, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

10.1- As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA sob a seguinte rubrica:

Órgão Orçamentário	Função Programática	Descrição da Função Programática	Classificação Econômica
SMS	0601-10.302.0008.2.039	Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento – UPA	3.3.90.30.00
	0601-10.301.0005.2.031	Manutenção das Ações de Atenção Básica à Saúde e Implement. da Lei Federal 3.999/61	3.3.90.30.00
	0601-10.302.0008.2.038	Manutenção das Atividades de Assistência especializada	3.3.90.30.00
	0601-10.305.0009.2.043	Manutenção das Atividades de Vigilância em Saúde	3.3.90.30.00
	0601-10.122.0004.2.028	Manutenção das Estruturas Operacionais da Secretaria Municipal de Saúde	3.3.90.30.00

, e encontra adequação orçamentária na Lei Municipal que estima a receita e fixa a despesa do Município de Iguatu, Estado do Ceará, para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências, com recurso financeiro oriundo da Prefeitura de Iguatu/CE, através da Secretaria de Saúde consignado no orçamento referente ao exercício financeiro de 2025.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

(art. 92, inciso XI, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU
SECRETARIA DE SAÚDE

11.1- O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, previsto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 107 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021; 11.2- O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 30 (trinta) dias, contado da data do fornecimento da documentação probatória do caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAL

(art. 124 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

12.1- Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021;

12.2- O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

12.3- As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021);

12.4- Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

(art. 92, inciso XIV, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

13.1- São obrigações da Contratante:

13.1.1- receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente contrato;

13.1.2- verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do presente contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.1.3- comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

13.1.4- acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

13.1.5- efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no presente contrato;

13.2- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

13.3- Não efetuar nenhum pagamento à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade e/ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(art. 92, incisos XIV, XVI e XVII, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

14.1- Fornecer os produtos mediante requisição emitida pela contratante, em duas vias, assinada pelo fiscal do contrato ou ainda pela autoridade superior do órgão contratante;

14.2- Atender diariamente as demandas da contratante, das segundas feiras as sextas feiras;

14.3- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital da licitação que decorreu o presente contrato, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

14.3.1- efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU
SECRETARIA DE SAÚDE



- 14.3.2- responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 14.3.3- substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste contrato, os produtos com avarias ou defeitos;
- 14.3.4- comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 14.3.5- manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 14.3.6- indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 14.3.7- responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 14.4- Executar diretamente o contrato, sem subcontratações ou transferência de responsabilidades;
- 14.5- Arcar com todos os ônus de transportes, fretes, carga e descarga dos produtos contratados até o local de entrega;
- 14.6- Dispor dos produtos contratados durante toda a vigência da ata e dos contratos que dela decorrerem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(art. 92, inciso XIV, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

15.1- Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 01/08/2013.

15.2- Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) **Multa de:**

- I) **Moratória de 1%** (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

- II) **Moratória de 0,07%** (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

- II.1) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

- III) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato;

- IV) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "a", "b", "c" e "d" do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

15.3- A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a CONTRATANTE (art. 156, § 9º da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021);



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU
SECRETARIA DE SAÚDE

15.4- Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021);

15.4.1- Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021);

15.5- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021);

15.6- Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

15.7- A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

15.8- Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.9- Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

15.10- A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021);

15.11- O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021);

15.12- As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021;

15.13- Os débitos do CONTRATADO para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

(art. 92, inciso XVIII, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

16.1- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

16.2- Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

16.3- As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial;





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU
SECRETARIA DE SAÚDE

execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

16.9.5- O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

16.9.6- O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

16.9.7- O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

(art. 92, inciso XIX, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

17.1- Em se tratando de contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao CONTRATADO o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

17.1.1- Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto;

17.1.2- Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readaptação do cronograma fixado para o contrato:

17.1.2.1- Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

17.2- Em se tratando de objeto de natureza contínua, a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

17.2.1- O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

17.2.2- A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pela CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

17.2.3- Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação;

17.3- O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

17.3.1- Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

17.3.2- A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

17.3.2.1- Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

17.4- O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

17.4.1- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.4.2- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.4.3- Indenizações e multas.

17.5- A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021);

17.6- O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021).



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU
SECRETARIA DE SAÚDE



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

(art. 72, Parágrafo único c/c art. 91, caput, ambos da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

18.1- O extrato resumido do presente instrumento de contrato deverá ser divulgado e mantido pela Contratante à disposição do público em sítio eletrônico oficial do ente e demais meios pertinentes, observado o disposto na Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

(art. 92, § 1º, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

19.1- As partes elegem o foro da comarca da Cidade de Iguatu, Estado do Ceará, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento de contrato, com renúncia expressa, desde já, de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, estando assim justos e acertados, assinam o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, lida e achada conforme, perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

IGUATU/CE, 06 de maio de 2025.

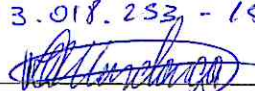
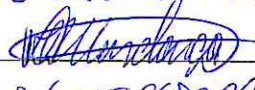

JOÃO LEONARDO DE SOUZA MENDONÇA
Secretário Municipal de Saúde
CONTRATANTE

MARIA IVANILDA
ABREU SAMPAIO
LTDA:21810730000128

Assinado de forma digital por
MARIA IVANILDA ABREU
SAMPALTO LTDA:21810730000128
Dados: 2025.05.06 13:54:38
-03'00'

MARIA IVANILDA ABREU SAMPAIO
CPF nº 756.018.183-04
MARIA IVANILDA ABREU SAMPAIO LTDA - ME
CNPJ sob o nº 21.810.730/0001-29
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01. 
Nome: 973.018.253 - 15
CPF: 
02. 
Nome: 
CPF: 24858997300

1777

5

6